

## A distinção entre realismo e antirrealismo na metaética\*

Rogério Antonio Picoli  
(UFSJ – São João del-Rei – MG – Brasil)  
rogerpicoli@ufjs.edu.br

**Resumo:** O que se pretende ao classificar uma posição como uma forma de realismo moral? Dada a profusão de posições no campo metaético e o grau de sutileza das suas formulações, tornou-se um desafio mostrar como o contraste entre teorias realistas e antirrealistas pode ser sustentado. O que está em questão quando classificamos uma posição em metaética como realista ou antirrealista? Inicialmente apontado em termos de um contraste entre, de um lado, naturalistas e não naturalistas e, de outro, abordagens não cognitivistas, o debate ganhou novos contornos com o advento da abordagem semântica da distinção por influência da discussão sobre o antirrealismo feita Dummett. Mais recentemente, com a aproximação entre abordagens expressivistas e o programa do minimalismo, a possibilidade de sustentação da distinção no campo semântica tem sido desafiada.

**Palavras-chave:** Metaética; Realismo moral; Antirrealismo moral.

### 1 Introdução

A maioria dos intérpretes do pensamento de Bentham e da tradição utilitarista se pergunta se Hume teria sido um utilitarista ou não, no entanto a pergunta correta nesse caso parece ser quão humano é o pensamento moral de Jeremy Bentham. Afinal, o filósofo utilitarista subscreve, e tenta defender, um conjunto de posições às quais podemos denominar “teses humianas”. Em linhas gerais, são elas: (i) as associações entre ideias e entre ideias e impressões de prazer e dor (ii) as emoções e os sentimentos tomados como elementos básicos da ontologia da moral, (iii) a base volitiva da moral, (iv) a distinção entre o é e o deve, (v) a passividade da razão especulativa, (vi) a motivação como uma combinação de vontade e possibilidade. A defesa dessas teses leva Bentham para o campo da metaética, mais precisamente, para o campo da semântica dos termos morais, bem como, ao desenvolvimento do método da paráfrase para a tradução das sentenças contendo termos morais e ao esboço de uma teoria das ficções. Contudo, o que mais decisivamente nos permite colocar em destaque os aspectos metaéticos das especulações de Bentham é a constatação de que as teses humianas são em grande parte as mesmas que alguns teóricos da metaética contemporânea atribuem a Hume; e, mais importante, o fato de elas serem, frequentemente, tomadas como pontos

de partida para o desenvolvimento de posições não realistas, tais como: a teoria do erro, o ficcionalismo, o expressivismo e o construtivismo.

Se isso é assim, e há evidências textuais suficientes que sustentam essa leitura, então os intérpretes de Bentham estão em apuros: Bentham é um realista ou um antirrealista? Alguém que inicia a sua principal obra de filosofia moral sustentando: “a natureza colocou a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos: o prazer e a dor” (BENTHAM, 1996, p.11), diríamos, é alguém que tem pretensões fortemente naturalistas.<sup>1</sup> Por outro lado, alguém que sustenta, além das teses humanas apontadas, que as entidades reais são: ou percepções individuais, impressões dos objetos que nos chegam pelos sentidos, ou ideias produzidas por essas impressões ou, ainda, combinações de ideias e impressões (isto é, emoções e sentimentos); e que todas as demais entidades às quais nomeamos, mas que não se enquadram nessa exigência, são fictícias, deve-se admitir, é alguém que está comprometido, em certo sentido, com alguma forma de antirrealismo.

Esse breve comentário foi apenas para indicar a preocupação inicial que nos conduziu ao problema do qual nos ocupamos, de uma maneira mais expositiva que argumentativa, nesse trabalho: o que se pretende ao classificar uma posição como uma forma de “realismo moral”? Dada a profusão de posições no campo metaético e o grau de sutileza das suas formulações, tornou-se um desafio mostrar como o contraste entre teorias realistas e não realistas pode ser sustentado. O que está em questão quando classificamos uma posição em metaética como realista ou antirrealista?

## **2 Realismo moral *versus* antirrealismo moral: a polêmica com Moore**

Na filosofia antiga e medieval, a discussão em torno do realismo esteve circunscrita à questão de se saber se aquilo a que se referem termos gerais tem realidade ou não. No contexto da filosofia moderna, o realismo foi normalmente entendido em termos do materialismo, em contraposição ao idealismo. Na filosofia contemporânea, em particular, na tradição analítica, uma face da discussão em torno do realismo tem conexão com o naturalismo e o projeto do empirismo lógico. No entanto, seria mais apropriado falar num variado conjunto de polêmicas distribuídas em diferentes disciplinas e que perpassam diferentes domínios filosóficos.

O naturalismo num sentido geral é a tese segundo a qual o mundo natural é a única realidade

---

<sup>1</sup> As traduções apresentadas aqui são de exclusiva responsabilidade do autor deste trabalho.

que existe, essa realidade é homogênea e podemos investigá-la por meio dos métodos da ciência. Grosso modo, existem duas teses no naturalismo: a tese metodológica e a tese ontológica. A tese metodológica afirma que o método científico é a única forma válida de construção de conhecimento sobre o mundo natural. A tese ontológica sustenta que todas as entidades existentes são constituídas por elementos desse mundo natural e têm a sua existência confirmada pela ciência; as demais entidades ou não existem ou podem ser explicadas pela ciência, por exemplo, pela redução a entidades básicas ou fundamentais. Nesse sentido, podemos compreender o naturalismo como uma das formas possíveis de uma doutrina mais abrangente denominada realismo científico. Trata-se de uma doutrina que tenta dar conta da pergunta sobre como estão conectados a realidade em si mesma e os nossos melhores esforços de compreensão dessa realidade (os processos, os meios e os resultados), isto é, a ciência (Cf. DIÉGUEZ LUCENA, 1998).

O que normalmente distingue as diferentes versões desse tipo de realismo é o grau de compromisso com teses filosóficas distribuídas em diferentes domínios. Assim, uma formulação do realismo científico implicado no naturalismo é uma combinação de teses que perpassam domínios diferentes como a ontologia, a epistemologia e a semântica. O realismo científico ontológico enfatiza a existência das entidades postuladas pelas teorias científicas; tais entidades realmente existem, são constitutivas do próprio mundo e, por isso, são independentes de nossas mentes. O realismo científico epistemológico sustenta que as verdades científicas são objetivas e, na medida em que são independentes das nossas opiniões e dos nossos processos cognitivos, elas oferecem uma descrição da realidade tal como ela é. O realismo científico semântico, por sua vez, sustenta que as nossas teorias científicas são verdadeiras ou falsas se correspondem ou não à realidade. Como podemos notar, há certas conexões e relações entre as teses formuladas nos diferentes domínios. O realismo científico epistemológico, por exemplo, pressupõe o realismo científico ontológico, mas isso não acontece no caso contrário. O realismo científico semântico, em princípio, não exige nenhum compromisso com as teses realistas nos demais domínios, mas as posições na ontologia e epistemologia podem ter implicações na teoria do significado das proposições científicas (Cf. DIÉGUEZ LUCENA, 1998). Algo semelhante se passa como realismo moral no domínio metaético.

Um dos problemas da tese ontológica implicada no naturalismo é que o modo ordinário como

compreendemos alguns objetos não pode ser facilmente certos objetos em certos domínio; por exemplo: objetos como as entidades matemáticas e as entidades morais. Foi exatamente o questionamento da tese realista ontológica implicada no naturalismo que deu origem à disciplina da metaética. Um dos pioneiros da metaética, o filósofo inglês G. E. Moore acreditava que a propriedade fundamental da moral, a propriedade bom, era uma propriedade *sui generis*, uma espécie de entidade conceitual. Ele admitia, então, um realismo ontológico para a propriedade fundamental da moral, mas negava que ela pudesse ser definida ou apreendida em termos de uma correspondência ou por meio de uma redução a outras propriedades naturais. Em seu *Principia Ethica* (1903), Moore sustenta que o bom existe na realidade e existe de um modo independente, existe quer o percebamos ou não. Além disso, ele sustenta que o bom é a única propriedade moral fundamental, mas se trata de uma propriedade não natural e, como a cor amarelo, a propriedade bom é indefinível, por isso, o conceito não pode ser analisado (Cf. MOORE, 1998 [1903], p. 6-7). Moore chamou a tentativa de se definir bom em termos de outras propriedades mais básicas, por exemplo, em termos de propriedades naturais como o prazer, de falácia naturalista. Resumidamente, em contraposição à ontologia naturalista, implicada nos reducionismos da psicologia associacionista e da biologia evolucionista, Moore instaura na metaética um tipo de realismo moral baseado numa ontologia moral não naturalista.

Durante toda a primeira metade do século XX, a disputa configurou-se mais em termos epistemológicos que ontológicos: naturalistas tentando refutar a tese da falácia naturalista e não naturalistas tentando explicar que faculdade extraordinária nos daria acesso às verdades morais. Além disso, a retomada da distinção lógica entre juízos de valor e juízos de fato pesou mais fortemente a favor do não naturalismo.

A autonomia da moral e o caráter *sui generis* das propriedades morais voltaram a ser desafiados pelo chamado Positivismo Lógico. Esse movimento, associado à tradição da filosofia analítica, tem origem nos programas de pesquisa do Atomismo Lógico, proposto por Russell e Wittgenstein, e do Empirismo Lógico, proposto pelo Círculo de Viena. O atomismo refere-se à tese de que a análise lógica pode revelar que a realidade é constituída por um conjunto de fatos descritos por proposições atômicas independentes e por um conjunto de relações; a partir do que seria possível analisar e descrever a constituição das proposições complexas da ciência. Tomando por

base a ideia de que o mundo, constituído por essa pluralidade de fatos atômicos, está logicamente estruturado e a ideia de que a análise da linguagem é capaz de revelar essa estrutura, os positivistas lógicos defendiam uma teoria verificacionista do significado, segundo a qual: proposições atômicas são aquelas que podem ser verificadas pelos métodos empíricos. Em resumo, os positivistas lógicos sustentavam que, acerca de uma proposição significativa, a análise lógica poderia revelar que se trata: ou de uma tautologia ou de uma proposição verificável empiricamente. Uma implicação da tentativa de se levar adiante esse programa foi a aceitação da seguinte tese: aquelas proposições que não podem ser provadas tautologias, juízos analíticos, nem constatações de fato, juízos sintéticos, são declarações sem conteúdo cognitivo, podem ser consideradas, por exemplo, expressões de certas emoções. Desse modo, os positivistas lógicos acabaram por questionar a existência das propriedades morais *sui generis* de Moore e ofereceram, como alternativa para análise do significado dos juízos morais, o chamado emotivismo, doutrina apresentada e defendida por A. J. Ayer e C. L. Stevenson.

As teorias emotivistas da linguagem moral propostas por Ayer e Stevenson foram responsáveis pela introdução do chamado não cognitivismo na metaética. Examinando a aplicação dos critérios de análise do projeto naturalista do positivismo lógico aos juízos morais, em *Linguagem, verdade e lógica* (1936), Ayer sustentou a irredutibilidade dos juízos morais e sugeriu que tais juízos não possuiriam conteúdo cognitivo; eles expressariam sentimentos de aprovação ou desaprovação, atitudes a favor ou contra certos estados de coisas; seriam como recomendações. A ideia de que o significado dos termos morais está prioritariamente associado à expressão de emoções ganhou refinamento com o trabalho de Charles L. Stevenson, *The emotive meaning of ethical terms* (1937).

O realismo não naturalista de Moore também foi seriamente criticado por Mackie. Em *Ethics: inventing right and wrong*, Mackie defendeu que teorias como as de Moore teriam dificuldade em explicar certos aspectos do discurso moral. Em primeiro lugar, a propriedade moral fundamental *sui generis* a qual se refere Moore é de um tipo bastante diferente de outras propriedades objetivas que conhecemos; por exemplo, as qualidades primárias de Locke: forma, extensão e número. Uma alternativa seria pensar a propriedade moral fundamental em termos de qualidades secundárias, mas tais qualidades, de acordo com a concepção lockiana admitida por

Mackie, são subjetivas, são como cheiro, cor e sons, dependentes da mente; apesar de nos referirmos a elas como sendo propriedades das coisas, elas são fundamentalmente como projeções da mente no mundo. Além disso, propriedades morais possuem outro aspecto fundamental bastante diferente, um aspecto que a torna “estranha” quando comparada a outras propriedades objetivas: a propriedade moral possui uma dimensão valorativa. Em síntese, no diagnóstico de Mackie o discurso moral está baseado num erro: falamos “como se” propriedades morais fossem objetivas e “como se” tivessem uma realidade independente da mente. Assim, contra os emotivistas, Mackie dirá que os nossos juízos morais têm significado, são descritivos, mas se referem a algo que não existe na realidade e, por isso, são falsos: “a asserção de que existem valores ou entidades intrinsecamente prescritivas, ou características de certo tipo pressupostas pelos juízos morais ordinários, não é, eu sustento, sem significado, e sim falsa” (MACKIE, 1977, p. 40).

Desde então, os realistas enfrentam as críticas dessas duas vertentes. De um lado, o emotivismo e a sua versão mais contemporânea, o expressivismo, enfatizam, sobretudo, o caráter não-cognitivista da linguagem moral. De outro lado, a teoria do erro e algumas versões do ficcionalismo, apesar de reconhecerem o caráter descritivista da linguagem moral, negam que as alegações morais sejam verdadeiras em algum sentido. No campo metaético, tem sido comum reunir ambas as vertentes sob o rótulo de posições antirrealistas. Contudo, em virtude da multiplicação de posições metaéticas intermediárias (prescritivismo, construtivismo, quase-realismo, etc.) não é claro o que exatamente está em questão quando classificamos uma posição como realista ou antirrealista.

Tal oposição, ao contrário da oposição cognitivismo *versus* não cognitivismo, não tem origem especificamente na metaética; ela ganhou repercussão a partir de uma crítica apresentada por Dummett contra alguns pressupostos realistas da filosofia freguiana. Convém esclarecer esse ponto porque ele é importante para a compreensão dos elementos metafísicos e semânticos implicados no debate em torno do realismo moral. Uma rápida apresentação da posição de Dummett nos permitirá compreender o desdobramento do debate e o refinamento da classificação das posições metaéticas em: realista, antirrealista, irrealista e quase-realista.

### **3 Da metafísica para a semântica: a polêmica com Dummett**

Na sua tentativa de fundamentar a aritmética na lógica, Frege deparou-se com o problema de saber se a identidade é uma relação que se dá entre objetos ou entre as representações ou sinais desses objetos. Se a relação de identidade se dá entre objetos, a proposição verdadeira “*a* é igual a *b*” pode ser reduzida à proposição “*a* é igual a *a*”. Ocorre que “*a* é igual a *b*” é mais informativa que a tautologia “*a* é igual a *a*”. Se a relação for entre os sinais desses objetos, a proposição “*a* é igual a *b*” indica apenas que *a* e *b* são nomes diferentes para o mesmo objeto; o termo “*a*” está associado a um objeto e o termo “*b*” também está associado ao mesmo objeto e isso é o produto da convenção da língua, não nos diz nada acerca do objeto e suas propriedades.

Frege propôs que o significado de um termo singular depende de duas relações semânticas: a referência e o sentido. Nomes próprios e termos singulares têm, por um lado, referentes, isto é, objetos aos quais se referem. Por outro lado, tais termos e nomes expressam, ou apresentam de certa maneira, os objetos aos quais se referem, isto é, indicam propriedades que determinam o objeto referido. Essa famosa distinção introduzida por Frege é normalmente ilustrada pelo exemplo da “Estrela da manhã” e Vênus: os termos têm sentidos diferentes, mas se referem ao mesmo objeto. Frege insistiu que o sentido é, em alguma medida, diferente da representação subjetiva que cada falante da língua constrói para si. Os usuários de uma língua podem construir diferentes representações de um termo singular e, ainda assim, conferir a ele o mesmo sentido. O sentido de um termo singular é, dessa maneira, independente dos estados mentais e também independente de o termo ter ou não uma referência (Cf. GIAROLO, 2011).

Essa abordagem do sentido proposta por Frege tem outra consequência interessante: se um enunciado é composto por termos singulares ou nomes próprios para os quais há no mundo objetos que sejam os seus portadores, noutras palavras, se a referência pode determinar o valor de verdade do enunciado, então o enunciado como um todo se comporta como um nome próprio. Isso levou Frege a um passo adiante rumo à distinção entre sentenças de valor científico e sentenças ficcionais ou literárias. A distinção entre essas classes de sentenças pode ser mantida porque, nos termos de Frege, perguntar pela verdade de uma proposição é perguntar pela referência do sentido naquela proposição; não havendo referente no mundo, como é o caso das sentenças ficcionais, não faz sentido perguntar sobre o seu valor de verdade.

Esse desdobramento dos conceitos introduzidos por Frege tem repercussões no que diz

respeito ao discurso científico, pois quando estamos interessados no caráter científico de um enunciado, estamos interessados principalmente na referência; esse não é o caso quando estamos interessados em sentenças ficcionais. Então, se a referência de um enunciado completo determina o valor de verdade desse enunciado; num enunciado complexo, completo e bem formulado, como aqueles que ocorrem no âmbito da ciência ou que são de interesse científico, sabemos o seu sentido e a sua referência, bem como, o sentido e a referência de todos os termos gerais que constam nas partes do enunciado. Tal posição está de acordo com a ideia de que a referência de um nome próprio é o próprio objeto. Se uma sentença é como um nome próprio, designa um objeto, então o seu valor de verdade, pensou Frege, é também ou verdadeiro ou falso, sem possibilidade de alternativas.

Frege é levado então a pensar a realidade composta por três reinos distintos: o mundo físico, dos objetos materiais, reino das referências; o mundo subjetivo, interno, o reino da imaginação e das sensações; e o mundo dos pensamentos, o reino do sentido. Os pensamentos são, primariamente, os portadores de verdade ou falsidade; apenas secundariamente, e apenas em relação a eles é que os nossos enunciados são verdadeiros ou falsos. Fatos não são aquelas coisas às quais correspondem os pensamentos; fatos, na teoria freguiana, são proposições e proposições são pensamentos. Uma teoria com tais propriedades é do interesse de um realismo científico abrangente na medida em que se abre a possibilidade de uma solução para o problema da conexão entre a verdade de constatações factuais e a verdade de teorias. Em princípio, a análise lógico-semântica poderia mostrar como é possível sustentar a verdade de generalizações e de enunciados complexos a partir de constatações empíricas. As linhas gerais desse programa foram defendidas pelo chamado Empirismo Lógico.

O ponto principal criticado por Dummett é a hipótese metafísica implicada na tese realista de Frege, isto é, a ideia de que os pensamentos têm a propriedade de serem verdadeiros ou falsos e isso de um modo independente da nossa capacidade de verificá-los. Verdade e falsidade, para Frege, são as “coisas” que habitam o reino dos pensamentos, mas o que separa os pensamentos sobre o mundo em verdadeiros ou falsos é algo que pertence ao reino da referência; por isso, os fatos existem, mas no reino dos sentidos (Cf. AMATUCCI, 2014).

O chamado antirrealismo de Dummett refere-se então à sua proposta, de inspiração



wittgensteiniana, de abandonarmos o pressuposto freguiano de que a verdade das proposições é garantida por uma realidade dada e completamente independente do modo como podemos validar ou garantir as nossas crenças. Dummett considera injustificado pressupor que enunciados possam ser verdadeiros ou falsos de uma maneira independente dos nossos métodos de verificação. No artigo *Realism* (1978), ele apresenta a disputa realistas *versus* antirrealistas como uma disputa não acerca de classes de entidades, mas acerca de classes de enunciados, uma disputa semântica; tais enunciados podem ser sobre o mundo físico, sobre eventos mentais, sobre entidades matemáticas, sobre tempo passado, sobre tempo futuro, etc. A seguinte passagem do texto de Dummett sintetiza o cerne da polêmica (p. 146):

O realismo caracteriza-se como a crença de que enunciados de classes em disputa possuem um valor de verdade objetivo, independentemente dos nossos meios de conhecê-lo: eles são verdadeiros ou falsos em virtude de uma realidade existente independente de nós. A posição antirrealista sustenta que tais enunciados devem ser compreendidos apenas com referência ao tipo de coisas que nós tomamos como evidência para uma declaração dentro de tais classes. O realista sustenta que o significado desses enunciados não está diretamente atrelado ao tipo de evidência em seu favor, mas ao modo de sua determinação como verdadeiro ou falso em virtude de circunstâncias cuja existência não é dependente de qualquer evidência que tenhamos a seu favor. O antirrealista afirma, ao contrário, que os significados dos enunciados são atrelados diretamente ao que conta como evidência em seu favor; de modo que o enunciado verdadeiro é verdadeiro apenas em virtude de algo que pode ser conhecido e que conta como evidência em favor de uma verdade.

Embora não discuta o caso dos enunciados morais, Dummett toma o enunciado “John é corajoso” como exemplo de um enunciado acerca do qual só podemos saber se é verdadeiro ou falso em função daquilo que tomamos como evidência válida para atribuir coragem a John. Dummett desloca, então, a disputa realismo *versus* antirrealismo do plano metafísico para o plano do significado, o plano semântico: uma disputa acerca do tipo de significado que esses enunciados podem ter (Cf. DUMMETT, 1978, p. 146). Efetivamente, há enunciados que não são nem verdadeiros, nem falsos; pressupor que enunciados descritivos completos e bem formulados são ou verdadeiros ou falsos, sem uma terceira possibilidade, é uma crença freguiana injustificada, na visão de Dummett.

Sem apelar a uma abordagem metafisicamente carregada, como a criticada por Dummett, Sayre-McCord buscou apontar o cerne do debate realismo *versus* antirrealismo de uma maneira

relevante para a compreensão do debate na metaética. No seu influente *Many moral realisms* (1976), ele escreveu: “na abordagem que eu ofereço não há qualquer menção a objetividade ou a existência; nenhuma menção ao reconhecimento da transcendência ou independência, nem qualquer menção a referência, bivalência ou correspondência” (p. 3). Como critérios distintivos do realismo, Sayre-McCord oferece: (i) a tese cognitivista, alegações morais são literalmente ou verdadeiras ou falsas, e (ii) a tese epistemológica, algumas alegações morais são verdadeiras.

A ideia que guia Sayre-McCord é a de que se categorias dummettianas se tornam relevantes apenas a partir do momento em que se admite que os enunciados, de certo domínio, têm valor de verdade, então o realismo depende, num nível mais básico, da noção de verdade. Radicalizando, nesse sentido, a tese dummettiana de que o realismo deve ser examinado primeiro como uma tese semântica, Sayre-McCord (1986, p. 4) esforça-se para trazer a polêmica sobre a distinção realismo *versus* antirrealismo do campo metafísico para os campos semântico e epistemológico. Pelos critérios propostos por ele, as posições antirrealistas na metaética são: ou posições não cognitivistas (como o expressivismo) ou aquelas cognitivistas que endossam a teoria do erro. Algumas características do próprio discurso moral justificariam a vinculação de teorias cognitivistas ao realismo: empregamo-lo para comunicar nossas crenças morais, nos permite explicar os desacordos morais, pressupõe a busca evidências que ofereçam suporte para as nossas opiniões, empregamo-lo como se tratasse de verdades morais que podem, por exemplo, ser descobertas; admitimos, ainda, a possibilidade de erros, bem como, a de o conhecimento expresso nesse discurso ser melhor ou pior, maior ou menor. (Cf. SAYRE-MCCORD, 1986, p. 5).

Um problema com a segunda parte da caracterização do realismo proposta de Sayre-McCord é o seguinte: uma teoria do erro como a de Mackie sustenta que não existem objetivamente as propriedades às quais se refere o discurso moral ordinário, razão por que enunciados desse tipo são falsos; contudo, um teórico do erro poderia ainda admitir que alguns enunciados morais são verdadeiros, por exemplo, alguns enunciados do discurso metaético, isto é, do discurso moral de segunda ordem. Ele poderia admitir que até mesmo alguns enunciados do discurso moral de primeira ordem são verdadeiros; por exemplo, parece muito improvável que um teórico do erro não reconheça a verdade do juízo “não se pode ser bondoso sendo cruel”; ainda assim, a admissão dessa verdade em nada o abala quanto à sua crença na inexistência de propriedades morais (Cf. SMITH,

2011, p. 28). Dado que o teórico do erro concorda que o discurso moral possui natureza assertórica e cognitivista e dado que ele admite a verdade de alguns enunciados, temos de reconhecer que a caracterização tentada por Sayre-McCord não é capaz de manter a distinção entre a teoria do erro e a posição realista como ele a define.

Para Crispin Wright, um realista teria razões para discordar de Dummett, sobretudo quanto ao fato de que a verdade tem de estar associada à disponibilidade de um critério pelo qual se possa julgá-la. De acordo com Wright, um realista defenderia que a verdade de um enunciado independe da nossa opinião. De fato, a caracterização do realismo oferecida por Dummett poderia falhar diante da hipótese de uma abordagem reducionista para alguma das classes de enunciados em disputa. Mas, um problema maior para a caracterização do realismo proposta por Dummett estaria nos enunciados vagos; pois esse é o caso em que não queremos, precisamente, dizer que são verdadeiros ou falsos (Cf. WRIGHT, 1988, p. 27). Wright aponta que um realista resistiria à caracterização pretendida por Dummett porque, de fato, parece pouco razoável defender a ideia de que algum enunciado é verdadeiro se nós temos que supor que a evidência da verdade desse enunciado não nos é acessível. Isso mostra que, num nível mais básico, a questão do realismo é a de se saber se a verdade de um enunciado proferido numa dada ocasião é uma função apenas do conteúdo desse enunciado ou se ela está relacionada, no que diz respeito a aspectos relevantes, com algum estado de coisas no mundo (Cf. WRIGHT, 1988, p. 27).

Um realista diria que o mundo tem um papel relevante na determinação da verdade dos enunciados. Wright emprega, então, esse critério para marcar, dentro do antirrealismo, aquelas abordagens irrealistas, isto é, posições antirrealistas que se opõem à ideia de que o mundo tem algum papel relevante na determinação da verdade dos enunciados (WRIGHT, 1988, p. 30). Para Wright, têm sido apresentadas várias formas de se contestar a Platitudo realista. Primeiro, lançando dúvidas de ordem semântica: saber se o mundo “não tem a capacidade” de garantir o valor de verdade de uma classe de enunciados e saber se, apesar disso, as noções às quais o enunciado se refere, embora insuficientemente definidas, ainda desempenham algum papel importante. A explicação pode ser a de que estamos lidando com termos que desempenham papéis outros, mas não o descritivo. Segundo, pode-se contestar o realismo lançando uma dúvida de ordem ontológica: pode-se duvidar da existência de valores, morais ou estéticos, que sejam objetivos ou

podemos duvidar da própria natureza cognitiva dos juízos de valor. Para Wright, o irrealismo seria essa forma de antirrealismo que assume que os enunciados em disputa desempenham outro papel válido que não o descritivo. É por essa razão que Wright classifica o expressivismo como uma posição irrealista.

#### **4 Borrando a distinção realismo moral *versus* antirrealismo moral: o programa do minimalismo**

A defesa dos compromissos metafísicos “pesados” exige que o realista responda a certas “esquisitices” que o antirrealismo atribui a essa posição. Primeiro, qual seria a natureza das propriedades morais? Elas são autônomas em relação ao mundo natural ou elas são dependentes de outras propriedades que identificamos na realidade espaço-temporal? Uma forma de sustentar a conexão das propriedades morais com as propriedades do mundo natural é defender a hipótese da superveniência do moral sobre o não-moral. Dizer que as propriedades morais são supervenientes ao não-moral, em certo sentido, é dizer que todo fato ou característica moral está associado a um complexo de fatos e características não-morais suficientes para que as propriedades morais sobrevenham a elas; se essa relação de “dependência” é admitida, é preciso explicar como ela funciona para que se possa compreender como as mudanças nas características ou propriedades morais dependem de mudanças em propriedades ou características não-morais. Um segundo tipo de problema é explicar a aparente redundância ou impotência causal da superveniência, uma vez que parece não ser necessário o apelo a nenhuma das propriedades, fatos ou entidades morais para explicar um evento (Cf. FINLAY, 2007, p. 6). Outra dificuldade a ser enfrentada por alguém que defenda o realismo moral metafisicamente carregado é de ordem epistemológica; se essas propriedades, esses fatos ou essas entidades morais existem, como e por quais meios podemos conhecê-las? Há ainda os problemas relativos à praticidade do discurso moral; particularmente, um realista cognitivista precisa explicar como as propriedades ou fatos morais se relacionam com a motivação e a ação moral (Cf. FINLAY, 2007, p.7).

Ainda no plano ontológico, o realismo tem de enfrentar uma divisão interna entre realismo naturalista e realismo não naturalista. Essa distinção entre natural e não natural está presente, como vimos, em Moore e ainda é empregada para classificar os dois tipos de ontologia do realista. O

realista naturalista mantém que propriedades, fatos e características morais são, em algum sentido específico, entidades “naturais”, no sentido de que contemplam aspectos centrais como a existência espaço-temporal, eficácia causal e acesso empírico; o realista não naturalista nega essa posição. Os não naturalistas sustentam que: i) termos morais ou conceitos morais não podem ser analisados com base em conceitos naturais e ii) as propriedades ou entidades morais não podem ser reduzidas a propriedades ou entidades não morais. O chamado Realismo de Cornell, apelando à semântica causal de Putnam e Kripke, tem tentado oferecer uma alternativa naturalista. De acordo com Putnam, é um fato que em algum momento na história vinculamos o termo “água” a um líquido insípido, incolor e inodoro que desempenha um papel fundamental na nossa sobrevivência; apenas posteriormente, viemos a compreender que água é H<sub>2</sub>O. É uma verdade metafísica que água é H<sub>2</sub>O, mas a relação é epistemologicamente contingente porque só veio a ser descoberta a partir de um dado momento. Para Brink, de maneira similar, todos os termos morais que articulamos em juízos foram usados originalmente com a intenção de selecionar determinadas propriedades que possuem um papel na justificação do caráter das pessoas, suas ações e suas instituições, as propriedades morais. Os julgamentos morais subsequentes herdaram essa intenção. Isso é o que faz com que os julgamentos de outras comunidades sejam entendidos por nós também como morais. A implicação de uma teoria semântica dessa natureza, adaptada aos termos morais, é a de que é possível defender que as propriedades e características morais são irreduzíveis, mas ao mesmo tempo naturais. Esse tipo de naturalismo não redutivista se coloca, então, como uma alternativa ao realismo naturalista reducionista.

Do lado do irrealismo, o expressivista tem de enfrentar a famosa objeção conhecida como o problema Geach-Frege. Resumidamente, essa objeção refere-se à ideia de que se os juízos morais são compreendidos em termos expressivistas, não se pode explicar, de um modo apropriado, como tais juízos se comportam em enunciados complexos em que se dão os contextos encapsulados (*embedding contexts*) (Cf. WRIGHT, 1988, 36). Se, conforme propõe o expressivismo, o enunciado “mentir é errado” expressa uma atitude, então é preciso explicar como tal enunciado se comporta quando ele integra enunciados complexos; por exemplo: negação (“Não é o caso que mentir é errado.”); questionamento (“As pessoas se perguntam se mentir é errado.”); relato (“Meu amigo acredita que mentir é errado.”); e em condicionais em que o enunciado normativo é o

anterior (“Se mentir é errado, então induzir alguém a mentir também é errado.”).

Entre o realismo, posição segundo a qual o mundo tem um papel relevante na determinação do valor de verdade, o antirrealismo, que nega essa relevância, e o irrealismo, posição segundo a qual os termos do enunciado têm um papel outro que não o descritivo, há o quase-realismo. Tal posição, proposta por Simon Blackburn, assume o expressivismo, mas apela, de modo complementar, ao projetivismo para mostrar que a abordagem expressivista consegue explicar, em condicionais com antecedente normativa, como o significado da sentença complexa pode ser uma função do significado das suas partes e como as relações lógicas entre os enunciados podem ser mantidas. A sugestão é interpretar as condicionais normativas também como atitudes, mas atitudes de uma ordem superior, isto é, atitudes sobre ter atitudes. “Mentir é errado.” expressa a atitude de aprovação em relação à mentira e “Induzir alguém a mentir também é errado.” expressa a atitude de desaprovação em relação àquele modo de agir. Combinando, “Se mentir é errado, então induzir alguém a mentir também é errado.” expressa a desaprovação a essa combinação de atitudes: a atitude que desaprova a mentira e a atitude de induzir alguém a mentir (Cf. WRIGHT, 1988, ).

Teorias antirrealistas como o expressivismo, em geral, são caracterizadas como não cognitivistas, os enunciados morais não possuem nenhum conteúdo cognitivo, eles não se referem a crenças, mas a outros estados mentais semelhantes a desejos (*desires-like*). Por essa razão, os enunciados morais são não-descritivistas: o papel principal de um enunciado moral não é descrever estados de coisas, mas expressar atitudes ou aqueles estados mentais semelhantes ao desejo (*desires-like*) ou ainda prescrever modos de agir ou recomendar cursos de ação. Uma forma de compreender essa característica dos enunciados morais em termos expressivistas é considerar que desejos tem direção de ajuste mundo-mente, a sua condição de satisfação é a de que o mundo se conforme a eles. Então, as teorias expressivistas rejeitam também a base ontológica daquele tipo de realismo descritivista objetivista. Não há entidades morais objetivas, completamente independentes da mente, que determinem a verdade dos enunciados morais.

Mas um movimento entre algumas abordagens expressivistas, semelhante ao movimento realizado por Blackburn, acabou ganhando fôlego em virtude da sua associação com o chamado minimalismo semântico. Uma teoria minimalista da verdade permite que o expressivista explique, por exemplo, por que a linguagem moral de fato funciona de modo similar à linguagem descritiva;

permite ao expressivista mostrar também como é possível realizar operações e inferências lógicas, sustentar o valor de verdade dos enunciados, falar em proposições, fatos e propriedades.

Para um minimalista, sustentar que um enunciado tem um valor de verdade não tem nenhuma implicação ou consequência para além da semântica, nenhuma exigência metafísica está envolvida. Há contextos nos quais empregamos o predicado “é verdade”, mas não exatamente com o papel de nos comprometer com algo substantivo na realidade. Por exemplo, em “Tudo que o candidato diz é verdade” a noção de verdade é empregada apenas para nos autorizar a realizar um tipo de generalização. Da noção deflacionária da verdade, o minimalismo pode avançar em direção, a uma concepção mínima de proposição: qualquer que seja o objeto de uma atitude proposicional, aquilo sobre o que se pode dizer que é verdadeiro ou falso, é uma proposição e todo tipo de proposição será um candidato à verdade, inclusive as proposições normativas (Cf. CLARK, 2013, p. 81-87). Usando a mesma estratégia, pode-se avançar para outras noções-chave para o descritivismo cognitivista, como por exemplo, a de propriedades. Assegurando que enunciados morais são aptos à verdade, então, temos também recursos para explicar de um modo diferente do proposto por Blackburn como se dão as operações e as relações inferenciais na linguagem moral. Se combinarmos o minimalismo com uma teoria do significado como uso, o expressivista pode oferecer uma explicação para o modo como a linguagem moral funciona, qual o uso que fazemos dos enunciados e como eles adquirem significado (Cf. DREIER, 2004, p. 26-29). O significado dos enunciados morais não é determinado por uma conexão necessária com nenhuma entidade, nenhum objeto que seja a sua referência.

Nessa direção, recusando a correspondência linguagem/objeto no mundo, um expressivista como Timmons, pode negar a base ontológica do realismo e ainda manter que a linguagem moral pode acomodar as propriedades lógicas e semânticas de uma linguagem descritiva e, além disso, manter a referência a coisas como razões e obrigações. Como coloca Finlay (2007, p. 4), na perspectiva de Timmons, se alguém justificadamente pode fazer uma reivindicação moral, então “ele justificadamente pode considerar a sua alegação como ‘verdadeira’, ele tem o direito de falar em verdade moral”. A semântica contextualista associada a uma teoria minimalista da verdade “retira do realismo o monopólio da verdade e do fato” (FINLAY, 2007, p. 4). Esse tipo de expressivismo descritivista pode acomodar as pretensões de objetividade do realismo semântico,

garantindo à linguagem moral o seu funcionamento e a referência a fatos e a verdades, sem se comprometer com a ontologia realista (Cf. FINLAY, 2007, p. 5).

Se o programa minimalista aplicado ao expressivismo se concretizar, no sentido de mostrar que pode manter as características essenciais da linguagem moral, tal como o faz a abordagem cognitivista descritivista, parece não restar muito a que se poderá apelar para apontar a distinção entre o realismo e o antirrealismo.

### **5 Considerações: é possível manter a distinção?**

Algumas formas de lidar com essa questão têm sido propostas. Em *Four faces of realism* (2007), Finlay sugere que a distinção realismo *versus* antirrealismo pode ser entendida como uma tensão dialética entre duas demandas que se impõem na metaética: oferecer uma descrição da linguagem moral que capta as suas aparências e reconciliar a moralidade com o nosso entendimento da mente e do mundo. Essa tensão se desdobra então em quatro planos distintos: semântico, ontológico, metafísico e normativo. No plano semântico, a disputa é se os enunciados morais podem ter valor de verdade. Expressivistas, em geral, negam que os enunciados tenham valor de verdade e realistas sustentam que sim. No plano ontológico, a disputa é se os enunciados morais se referem a entidades ou propriedades morais ou se os enunciados descrevem fatos morais. No plano metafísico, a disputa é se as entidades ou propriedades morais são naturais ou independentes da mente. No plano normativo, o que está em jogo é se as propriedades ou entidades morais têm uma autoridade que seja independente das atitudes e se as entidades morais (entidades normativas) podem ser reduzidas ou não a entidades ou propriedades não morais (Cf. FINLAY, 2007, p. 1-3).

Finlay considera que uma posição minimalista como a de Timmons (em princípio, uma versão exitosa do expressivismo minimalista) não se confunde com a posição realista, na medida em que, para Timmons, as declarações morais “parecem ser descrições”; e, de fato, falamos sobre valor, razões, virtudes e obrigações “como se” fossem entidades e propriedades. Mas, observa Finlay (2007, p. 4-5), Timmons sustenta que enunciados morais são verdadeiros ou falsos apenas em contextos moralmente engajados, contextos em que uma atitude de aprovação ou desaprovação moral está em jogo. Fora desses contextos, os enunciados morais não são nem verdadeiros nem



falsos.

É devido a James Dreier (2004) a expressão “*creeping minimalism*” para marcar o modo insinuante e sub-reptício como o minimalismo avança sobre as noções básicas do realismo. Dreier também recorre a elementos da caracterização do realismo propostos por Dummett, mas com uma ênfase na aceitação ou não do princípio da bivalência; como vimos, trata-se da ideia de que enunciados morais têm um valor de verdade que é independente dos meios pelos quais podemos descobrir essas verdades. Por tal critério, realistas defendem a validade do princípio da bivalência, enquanto os antirrealistas negam-na. Ainda, por esse critério, teorias do erro como a de Mackie são consideradas irrealistas, mas não antirrealistas. Isso porque, teorias do erro aceitam a tese descritivista e o princípio da bivalência, mas sustentam que todos os enunciados morais são sistematicamente falsos, no sentido de que não há nada na realidade que possa contar como evidência em favor da verdade desses enunciados (Cf. DREIER, 2004, p. 25).

Especificamente sobre a possibilidade, na metaética, de sustentação da distinção entre realismo e antirrealismo considerando o programa do expressivismo minimalista, Dreier (2004, p. 32 ) admite que no limite, haveria uma coincidência entre realismo moral e expressivismo minimalista. Uma possibilidade de se contornar o problema da indistinção, sugere Dreier (2004, p. 38), é considerar que a marca distintiva do expressivismo é o peculiar papel funcional dos enunciados normativos; mas não apenas isso, o expressivista também sustenta a alegação mais forte de que ter esse papel funcional é o que torna um enunciado distintamente normativo. Esse papel funcional refere-se a assumir que o enunciado desempenha certo papel psicológico não cognitivo, algo como desejo (DREIER, 2004, p. 38). Não há, então, nada além disso; não há referência a “propriedades” normativas. Dreier (2004, p. 40) conclui que o problema crucial na distinção entre realismo e antirrealismo é saber se os conceitos podem diferir de outro modo que não seja pelo seu conteúdo; a questão é saber se a diferença entre conceitos normativos e conceitos descritivos pode ser atribuída a uma diferença de conteúdo ou se essa diferença pode ser explicada, plenamente, de outro modo. Essa questão a ser resolvida, diz Dreier (2004, p. 42), “repousa sobre questões que dizem respeito à metafísica da explicação”.

Para Christian Miller (2009), parte da confusão quanto à possibilidade da distinção entre realismo e antirrealismo no plano semântico decorre da não observação de que a alegação de que

existem fatos morais, mesmo quando feita por um não-cognitivista, é uma alegação não moral sobre a metafísica da moral; como um filósofo da ciência pode fazer alegações acerca da natureza das entidades não-observáveis na ciência. Então, sustenta Miller, na medida em que o não cognitivismo é formulado num nível semântico, ele não precisa conflitar, necessariamente, com certas formas de realismo moral no nível ontológico. Observadas essas distinções, pode-se concluir que o não cognitivismo não implica antirrealismo e o realismo moral não implica cognitivismo (Cf. MILLER, 2009, p. 135 – 136).

Ao que parece, a pretensão de se delimitar a distinção entre realismo moral e antirrealismo moral com base em critérios puramente semânticos não pode ser sustentada.

#### **Referências:**

AMATUCCI, Marcos. Frege: verdade e pensamento na *Lógica* (1897) e em *der Gedanke*. In *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 5, n. 2. 2014. p. 344 – 357.

AYER, A. J. *Linguagem, verdade e lógica*. Lisboa: Presença, 1991.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Burns, J. H.; Hart, H. L. A. (ed.) London: The Athlone Press, 1996.

CLARK, William E.. *What is the difference between a moral realist and a moral anti-realist?* B.Phil.. University of Oxford, 2013.

DIÉGUEZ LUCENA , A. Los compromisos del realismo científico. *Contrastes: Revista Interdisciplinar de Filosofía*, n. 3. 1998. p. 145 – 173.

DREIER, James. Meta-ethics and the problem of creeping minimalism. In *Philosophical Perspectives*, v.18. 2004. p. 23 – 44.

DUMMETT, A. E. Realism. In *Truth and other enigmas*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1996 [1963]. p. 145 – 165.

FINLAY, Stephen. Four faces of moral realism. In *Philosophy Compass*. v. 2. 2007. p. 2 – 30.

GIAROLO, Kariel Antonio. *Frege e a teoria da verdade como identidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MACKIE, J. L. *Ethics: inventing the right and wrong*. Penguin Books, 1990 [Pelican Books, 1977].

MILLER, Christian. The conditions of moral realism. *In The Journal of Philosophical Research*, n. 34. 2009. p. 123 – 155.

MOORE, George Edward. *Principia Ethica*. São Paulo: Ícone Editora, 1998. [1903].

SMITH, Deborah C. Moral realism, skepticism and anti-realism: a critical analysis of the criteria for moral realism. *In Disputatio*, v. 11. nov, 2001. p. 24 – 33.

STEVENSON, Charles L. The emotive meaning of ethical terms. *In Mind, New Series*, v. 46, n. 181. jan., 1937. p. 14 – 31.

WRIGHT, Crispin.. Realism, Antirealism, Irrealism, Quasi-realism. *In Midwest Studies in Philosophy*, v. 12. 1988. p. 25 – 49.

### **The distinction between realism and anti-realism in metaethics**

**Abstract:** What is at issue by classifying a position in metaethics as realist or anti-realist? Given the profusion of positions in metaethics and the degree of subtlety of their formulations, it has been a challenge to show how the contrast between realists and anti-realists can be retained. Initially presented in terms of a contrast between, on the one hand, naturalists and not naturalists and, on the other hand, non-cognitivists, the debate gained new contours with the advent of the semantic approach of the distinction influenced by Dummett's discussion on anti-realism. More recently, with the link between expressivist approaches and the minimalist program, the possibility to support the distinction in the semantic field has been challenged.

**Keywords:** Metaethics; Moral realism; Moral anti-realism.

Data do registro: 31 de agosto de 2015.

Data do aceite: 18 de novembro de 2015.

---

\* Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no I Colóquio Internacional de Teorias Éticas Contemporâneas, realizado no Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei entre os dias 13 e 16 de abril de 2015. Agradeço as contribuições dos colegas.